

O ASSENTAMENTO QUE VIROU PARQUE: CONTRADIÇÕES NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BODOQUENA E ENTORNO¹

Ângelo Franco do N. Ribeiro²

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

angeloribeiro@ufgd.edu.br

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como centralidade a análise das relações entre a proposta de criação de territórios de conservação como estratégia de conservação ambiental e as populações moradoras das áreas definidas para implantação dos territórios de conservação. Com este objetivo, delimitou-se para estudo o Assentamento Rural Canaã, localizados no Mato Grosso do Sul no Planalto da Bodoquena, localizado no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena – PNSB.

O artigo analisa a implantação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e as consequências sócioambientais para as comunidades residentes na área da Unidade de Conservação (UC) e no entorno denominado Zona de Amortecimento que compreende uma faixa no entorno da UC, na perspectiva da análise da transformação do público em privado, considerando o uso do solo como elemento de análise geográfica. A partir desta proposta, vários itens foram delimitados para compreensão do processo de criação e transformação do espaço na área do entorno e, posteriormente, do Parque.

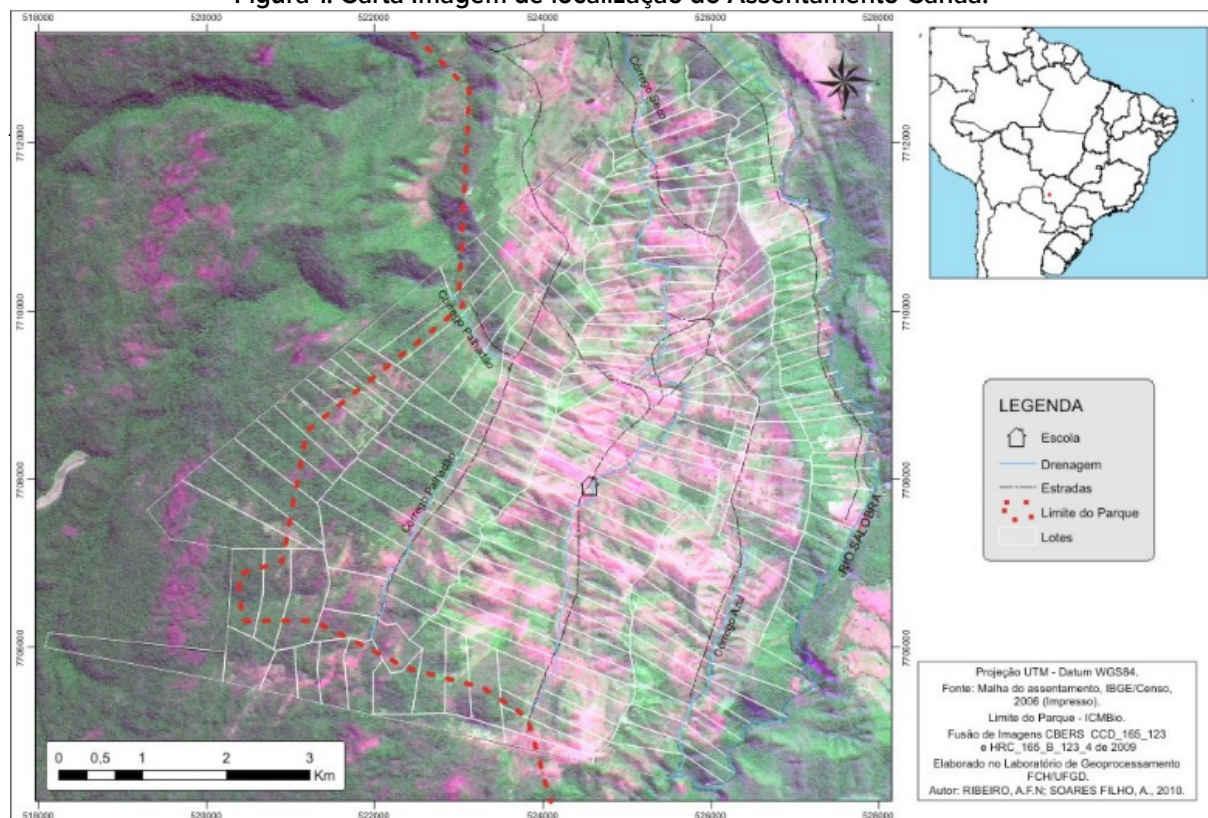
O Assentamento Canaã situa-se no município de Bodoquena-MS, sudoeste de Mato Grosso do Sul (Figura 1), com uma área total de 4.360 hectares, divididos em 248 lotes de 20 a 30 hectares cada, sendo 234 individuais e 14 comunitários³.

1 Este artigo é parte da dissertação de Mestrado defendida no ano de 2010 na Universidade Federal da Grande Dourados. Conta com atualizações, pois o trabalho que está sendo desenvolvido no doutorado é na mesma temática.

2 Técnico do Laboratório de Geoprocessamento e doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

3 IDATERRA-MS, 2001.

Figura 1: Carta Imagem de localização do Assentamento Canaã.



De acordo com Martins (1982), grupos econômicos apropriaram-se de vastas regiões do país e, ao que se sabe, um número significativo mantém estas terras com fins puramente especulativos. Em comparação com os vizinhos latino-americanos, o Brasil é campeão em concentração de terras. Ele continua na liderança mesmo se comparado com países em que a questão é explosiva, como Índia ou Paquistão. O acúmulo de tanta terra sob o poder de poucos e vastas extensões improdutivas levou o país a montar o cenário próprio para atear fogo ao campo. Exatamente aí que nascem os conflitos, cujo número de mortos e feridos nas últimas décadas chega a centenas.

A respeito disso, Oliveira (1994, p. 85) argumenta que estes capitalistas detêm essa imensa área de terras com fins especulativos porque a terra é uma mercadoria de tipo especial: ela aumenta de preço mesmo sem ser alocada para produzir.

Percebe-se que este processo de concentração de terras vem se agravando mesmo com as tentativas de amenizar o problema com a implantação de assentamentos rurais. Acampamentos de trabalhadores sem-terras são imagens constantes na paisagem das margens de rodovias. Eles caracterizam a tentativa deles de voltar às origens. Isto acontece, pois a concentração ora explora, ora expropria o trabalhador rural, como nos

mostra Martins (1982, p. 54):

[...] a questão agrária brasileira tem duas faces combinadas: a expropriação e a exploração. Há uma clara concentração da propriedade fundiária, mediante a qual pequenos lavradores perdem ou deixam a terra, que é o principal instrumento de trabalho, em favor de grandes fazendas. Convém notar que esse processo hoje não é conduzido fundamentalmente pelos velhos e rançosos 'coronéis' do sertão, os famosos latifundiários a que se agrega o adjetivo de 'feudais' até há pouquíssimos anos. Esse processo agora é conduzido diretamente por grandes empresas capitalistas, nacionais ou multinacionais, com amplos incentivos financeiros do próprio Estado. O processo de expropriação, de diferentes maneiras, violentamente ou não, tem ocorrido no país inteiro.

A situação vivenciada por uma parcela significativa do campo é de tensão. Ora sofrem pela ameaça de perda da posse da terra (situação vivenciada por parcelas significativas de pequenos produtores), ora temem a supressão de seu emprego, uma vez que os grandes latifúndios demandam cada vez menos mão-de-obra.

A situação do campo brasileiro é de certa forma heterogênea, pois as disparidades são constantes. Na região centro-oeste, que teve uma ocupação não-índia mais tardia em relação ao sul e sudeste, a situação de concentração é conflituosa. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, uma das atividades principais é a pecuária extensiva que necessita de uma grande extensão de terras para sua prática, acarretando assim um grande volume de terras nas mãos de poucos.

A própria história de formação do Mato Grosso do Sul conta com um longo processo de concentração de terras e repressão aos movimentos de luta pela redistribuição das terras. Corroborando com este tema, Fabrini (2008) salienta que:

A concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul está relacionada ao processo de ocupação e originou-se praticamente com a chegada dos europeus ao continente americano, que passaram a disputar, inclusive entre si, o domínio destas terras. A transferência de poder sobre a terra às oligarquias regionais mato-grossenses com a proclamação da república contribuiu ainda mais para concentração de terras, quando o governo vendia ou arrendava terras devolutas a grandes fazendeiros e empresas capitalistas.

[...]

Assim, a concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul não é

necessariamente resultado da expropriação e aglutinação de pequenas propriedades no processo de expansão das relações capitalistas de produção. A estrutura fundiária altamente concentrada deve-se ao processo de ocupação de terras, ou seja, quando o Estado promoveu a transferências/venda de grandes áreas de terras públicas para proprietários fundiários. Portanto, a estrutura fundiária no Sul de Mato Grosso do Sul ‘nasceu’ concentrada. (p. 53-54).

O autor explicita a situação do Sul de Mato Grosso do Sul. No entanto, a realidade do outro extremo do estado não é diferente da referida região descrita anteriormente.

Muitas vezes, depara-se com tentativas de superação dessa realidade, como, por exemplo, os assentamentos de Reforma Agrária, que surgem na intenção de promover a melhor distribuição de propriedades rurais visando à desconcentração. Mas, nesse processo, diversos assentamentos são criados em locais inadequados à produção de alimentos e sobrevivência das famílias inseridas nos projetos. Uma clara ideia desse fato é explicada por Menegat (2009), que discute a realidade do assentamento Taquaral em Corumbá. A autora o chama de “assentamento na lama e na areia” e ainda argumenta:

Os lotes do Taquaral, que a princípio haviam sido projetados como terra de trabalho agrícola, em poucos anos de uso, passaram a ser terra de criação de gado. [...] O solo sem condições naturais próprias ao cultivo agrícola, associado à falta de chuvas regulares, não propiciou a troca entre o homem e a natureza, em que o homem investe trabalho e em troca recebe a produção. Essa é a frustração que os assentados demonstram em relação a seus lotes no Taquaral, uma vez que desejavam plantar sementes, vê-las crescer e virar produtos, apresentando o resultado de seu trabalho. Hoje é necessário criar o gado, e de seu resultado, compram os bens que desejavam produzir. (2009, p. 150).

A história do Assentamento Canaã que, neste trabalho é chamado somente de Canaã (expressão usada pelos assentados) começa através da ocupação de uma área improdutiva de 4.360 hectares que supostamente era terra devoluta. Entretanto, a ocupação fez com que a Inconave Indústria e Comércio Naval Ltda reivindicasse a posse da área. A ocupação de terras é uma das formas encontradas pelos movimentos de luta pela terra para reivindicar o uso da terra. Nesta mesma linha de pensamento, Fernandes (1999) salienta:

Em seu desenvolvimento desigual, o modo capitalista de produção gera inevitavelmente a expropriação e a exploração. Os expropriados utilizam-se da

ocupação da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar. Assim, na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política - para se ressocializarem, lutando pela terra e contra o assalariamento - que é a ocupação da terra. Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes.

Esse processo de luta para conquistar a terra, é tanto de reprodução quanto de produção do trabalho familiar, *porque a maior parte dos trabalhadores que participam dessa luta nunca tiveram terra, e parte nunca trabalhou no campo.*

[...]

A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação. (p. 269-271) (Grifos do autor).

A revolta e a indignação dos trabalhadores sem-terra os levam muitas vezes às margens de rodovias a fim de reivindicar sua *terra de trabalho*, haja vista que a *terra de negócio* já o explorou por muito tempo⁴. Dessa forma, a ocupação é uma forma de mostrar sua indignação à sociedade e lutar por seu direito, a terra.

O início das ocupações na área do Canaã se deu nos primeiros anos da década de 1980. De acordo com relatos de assentados do Canaã, os colonos ficaram sabendo que esta área não tinha dono. Assim, organizaram um grupo de 80 famílias e ocuparam a área, demarcando suas posses através de “picadas” em meio à mata fechada. Após vários embates, em 1984⁵ começou a ser emitida a permissão de uso da terra. O processo foi concluído somente em 1985.

4 Expressão usada por Martins (1982).

5 Mato Grosso do Sul, 2000.

Levando em consideração a forma como foram demarcados os lotes pelos colonos, no ano de 1986, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o estado de Mato Grosso do Sul celebraram um convênio visando a medição, a demarcação e a regularização da gleba, procurando preservar as divisas já criadas pelos colonos para evitar confrontos. Após a conclusão dos trabalhos, houve uma sobreposição de 67,8 hectares de uma fazenda vizinha ao assentamento, de modo que 12 lotes estavam parcialmente dentro desta área. O estado adquiriu a área sobreposta⁶ somente em 1994.

O assentamento Canaã foi consolidado entre a Serra da Bodoquena, cravado em meio aos morros e vales, sobre as rochas calcárias, com solos rasos e uma área altamente irregular. Nos períodos de intensas chuvas, como no final de 2009, as altas declividades e o nível de desmatamento dos morros proporcionam velocidade às enxurradas e tornam evidentes os problemas enfrentados pelos assentados, como explicitaremos mais adiante neste trabalho.

Essa situação ocorre, pois, de acordo com Olmos *et al.* (2010):

O Programa de Reforma Agrária, representado pelos projetos de assentamento não tem critérios ambientais, assim como não tinham os projetos de colonização. Não há diretrizes estratégicas para orientar onde e quando se criar os projetos de assentamento, não importando se está ou não assentando sobre ecossistemas sensíveis ou sob forte pressão antrópica ou além de sua capacidade de suporte.

O autor apresenta exatamente o que acontece no Canaã, pois o assentamento foi criado em terreno sensível e uma biodiversidade riquíssima que aproximadamente 2 décadas depois seria criado uma Parque Nacional.

No ano de 2000, foi criado o PNSB, UC de Proteção Integral. Este sobrepôs 34 lotes do assentamento Canaã. Alguns se localizavam parcialmente e outros completamente dentro do Parque. Isto gerou um conflito que perdura até o momento e sem previsão de término. Atualmente a administração do Parque intenciona regularizar a situação dos lotes inseridos na área da UC, mas o processo é bastante demorado e isto tem frustrado muito os assentados⁷.

Assim, como vários outros do estado de Mato Grosso do Sul, este assentamento é um exemplo de descaso do poder público com as pessoas do campo, visto que várias

6 IDATERRA-MS (2001).

7 Além do processo burocrático e demorado o que mais frustra os assentados é o baixo valor pago pela terra, que segundo eles não é suficiente para comprar outro terreno.

peças passam dias sem sair de suas casas por conta das condições das estradas (Quadro 1) e das pontes. Esta falta de condições as impede de irem à cidade, ao hospital e à escola. Além do impasse da criação do Parque na parte do assentamento que já possui título definitivo da terra, os assentados ainda continuam com a situação indefinida por conta da possível desapropriação da área.

Quadro 1: Imagens das vias de acesso do Canaã em época de chuvas.

Linha do Córrego Azul



Linha do Córrego Seco



Linha do Salobra



Linha do Palhadão



Fotos disponibilizadas pelos assentados do Canaã. (autoria desconhecida).

A divisão do assentamento é feita por linhas. Há a Linha do Salobra, que é a mais valorizada economicamente, por abrigar o Rio Salobra de água cristalina e, também, a cachoeira Boca da Onça, que mesmo sendo fora do assentamento está no limite e tem-se uma visão muito atraente do lado do Canaã; a Linha do Córrego Azul que abriga diversas belezas naturais, como o córrego de mesmo nome; a Linha do Córrego Seco onde fica a sede do assentamento e a escola; e, por fim, a Linha do Palhadão que leva este nome por passar pela Serra do Palhadão. Nesta linha, temos as situações mais difíceis e, também, a sobreposição do Parque (Quadro 2). No final desta linha, alguns lotes não contam com estradas, muito menos com energia elétrica, porque na época da construção das redes de distribuição não havia estradas para chegar aos lotes e até o momento não existe.

Quadro 2: Imagens do contraste entre as Linhas do Canaã.

Escola do Canaã na Linha do Córrego Seco



Pousada na Linha do Salobra



Queda d'água na Linha do Córrego Azul



Acesso final da Linha do Palhadão



Fotos: RIBEIRO, A.F.N., 2010.

O desafio é desvendar o processo criado para estas famílias. Primeiro, esta era uma área imprópria para assentamento, levando em consideração a alta declividade e os afloramentos rochosos da área. Segundo, a sobreposição de uma UC de Proteção Integral inviabiliza muitas famílias de permanecerem em seus lotes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS PRINCIPAIS NO ASSENTAMENTO CANAÃ

A principal atividade econômica no Canaã é a criação de gado de corte e leite. Além disso, a maioria dos assentados possui outra atividade além de produzir no lote com o objetivo de complementar a renda. Estas atividades muitas vezes acontecem fora do assentamento. Isso nos possibilita perceber que um grande número de assentados mora na cidade de Bodoquena, mas se desloca diariamente para seus lotes para exercer suas

funções, caracterizando o que Menegat (2009) chama de *lote de trabalho* para muitos. Além deste fato, muitos lotes foram vendidos ou abandonados por falta de condições de produção.

De acordo com a classificação geral do solo, a classe encontrada no assentamento é o chernossolo⁸. Este possui uma fertilidade natural elevada conforme nos relatou o representante da Agraer de Bodoquena, quando perguntamos se a área era apropriada para um assentamento:

Ali foi uma área muito rica em madeira, e o pessoal se empolgou principalmente pelo extrativismo, e o solo apresenta características incríveis, que apesar da topografia não se tem erosão, a capacidade de suporte de pastagem lá é impressionante, que é de 2 a 3 cabeças por hectare e a gente não vê erosão apesar da declividade que em muitas áreas estão acima de 45 graus que na minha opinião poderia implantar alguma coisa de silvo pastoril, com árvores e pastagem que ajudaria a conservar melhor o solo. (SEBASTIÃO (Agraer-MS). Entrevista gravada em fevereiro de 2010).

O solo no assentamento apresenta características muito favoráveis em termos de fertilidade. Entretanto, as condições topográficas e os afloramentos rochosos inviabilizam a produção de alimentos, objetivo principal da criação de assentamentos.

O acesso a técnicas adequadas de correção do solo bem como a mecanização do mesmo poderia ser uma das alternativas ao Canaã. Todavia, este tipo de procedimento esbarra na falta de recursos financeiros e apoio técnico do estado para promover este tipo de acompanhamento no assentamento. Logo, quanto mais o solo é utilizado de forma inadequada, maior será a tendência para o agravamento da situação de debilidade do solo. As imagem A do quadro a seguir, nos indica um pouco a realidade descrita.

8 O aproveitamento agrícola do chernossolo é severamente prejudicado devido à proximidade do substrato rochoso com a superfície, determinando sua recomendação para preservação da flora e fauna. Este tipo de solo é bastante limitado quanto ao uso e manejo devido à pouca profundidade e ao alto índice de afloramentos rochosos. Cardoso, et al. (2002).

Quadro 3: Imagens de erosão e afloramentos rochosos do Canaã.



Fotos: RIBEIRO, A.F.N., 2010.

A intensa declividade e o elevado número de afloramentos rochosos dificultam algumas formas de cultivo da terra como demonstra a imagem B (Quadro 3). Portanto, a única alternativa para a maioria dos assentados é a pastagem para criação de gado e isso já causa alguns transtornos, pois observa-se erosões em alguns pontos. Muitas áreas do assentamento ultrapassam os 45° de declividade⁹ e este fato pode ser agravado ainda mais se continuar havendo o desaparecimento da vegetação natural.

A forma de uso do solo no Canaã aliada ao desmatamento e altas declividades em períodos chuvosos, como em dezembro de 2009, causou muitos estragos no assentamento. Houve deslizamentos de terra, queda de rede de energia e de casas; estradas ficaram intransitáveis, entre outros estragos (Quadro 4).

9 Este tema será abordado a seguir.

Quadro 4: Consequência das chuvas do mês de dezembro de 2009 no Canaã.

Parte da casa arrancada pela enxurrada



Consequência das chuvas para as estradas



Fotos disponibilizadas pelos assentados do Canaã. (autoria desconhecida).

Estas situações de relevo, solo, estradas, entre outras, provocam o sentimento de frustração entre os assentados por não conseguirem produzir para seu sustento. A solução encontrada por muitos é a venda do lote em busca de novas terras com melhores condições de produção e, devido às condições financeiras, a alternativa é voltar para acampamentos, esperar um novo lote de reforma agrária e torcer para que este ofereça condições favoráveis ao cultivo do solo.

Uma situação bastante semelhante a esta do Canaã pode ser encontrada no assentamento Taquaral em Corumbá, conforme aponta Menegat (2009):

[...] São erros como estes, de assentar famílias em áreas sem vocação agrícola e que deveriam ser de reserva florestal, que impulsionam parte das famílias que estão no Taquaral, lugar inicialmente marcado pela esperança, a dele sair. São pessoas que tentaram mudar a situação de seus lotes por intermédio da aplicação de seu trabalho, mas obtiveram insucesso. (p. 150).

Este fato é muito comum nas falas dos assentados, como fica evidente nos trechos a seguir:

Olha depois que eu cheguei lá eu ouço o pessoal dizer, essa área aqui não era para ser assentamento, era para ser reserva florestal e dou razão neste ponto, porque na época *invadiram* depois foram retirados, aí invadiram novamente, até que conseguiram a área, mas para mim ali não é lugar para assentamento, ali tudo deveria ser área de preservação, devido às cachoeiras, os rios. (Gisélia Soares. Fevereiro de 2010).

Na época se falava muito que essa área não tinha dono, como tinha uma comunidade na cidade que não tinha terra e gostaria de adquirir eles *invadiram* isso aqui, houve uma luta por essas terras aqui. Essa é a concepção, era uma terra de ninguém, que alguém queria ocupar. Acho que é por isso, porque a terra não são as melhores, porque hoje você vê que na questão agrícola ela não favorece, nunca favoreceu, as pessoas que adquiriam o sítio, faziam a primeira planta e na segunda já plantava braquiária, porque não tinha como trabalhar na área. (Claudia Solange. Fevereiro de 2010) (Grifo nosso).

Quando nos entramos lá que a terra era conveniente nos colhia de tudo: arroz, feijão, milho. Hoje com tempo e o terreno muito acidentado e chuva, ai vai lavando a terra e virando só pedra, e as pragas vem também.

Ai agora só tenho uma baixada lá que planto milho, mandioca e cana. Eu tenho gado lá agora, porque se quero colher milho tenho que plantar no meu genro que tem lote no Assentamento Campina, ai colho e levo para o Canaã.

A produção aqui no Canaã até dá para o sustento, mas tenho que interar com as duas hectares que eu planto no lote do meu genro no Campinas. (José Geraldo. Fevereiro de 2010).

Percebe-se nas falas e na leitura de Martins (1982) que no caso do Canaã foi criado um assentamento em local totalmente inadequado, ou seja, tentou-se transformar terra de preservação em terra de trabalho, fator que muitas vezes não retorna a produção esperada em termos de alimentos. Com isso, alguns assentados deixam o tão esperado local por não oferecer condições de produção e muitas vezes vendem seus lotes para pessoas que visam à exploração capitalista da terra, isto é, transformá-la em terra de negócio que, de acordo com Martins (1982):

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio: quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista

de se dedicar à agricultura. (p. 60) (Grifos do autor).

Contribuindo com as ideias de Martins (1982), Fernandes (2010) nos chama a atenção para forma de organização dos territórios do agronegócio e do campesinato. Segundo ele:

Porque los territorios del campesinado y los territorios del agronegocio son organizados de formas distintas, a partir de diferentes relaciones sociales. Un ejemplo importante es que mientras el agronegocio organiza su territorio para producción de mercancías, el campesinado organiza su territorio para su existencia, necesitando desarrollar todas las dimensiones de la vida. (FERNANDES, 2010: p. 2).

Movidos pela falta de alternativas, muitos assentados simplesmente vendem ou abandonam seus lotes e partem em busca de novas oportunidades. Para isto, eles trabalham como empregados em fazendas, voltam à cidade de Bodoquena ou simplesmente retornam à condição de acampado em busca de um pedaço de chão onde possam produzir para seu sustento e o de sua família. Aqueles outros que permanecem no lote não vêem outra forma a não ser formar seu lote com braquiária ou outras variedades de pastagem para criação de gado de corte e produção de leite, pois estas tem sido as atividades que tem garantido a permanência de vários colonos (Quadro 5).

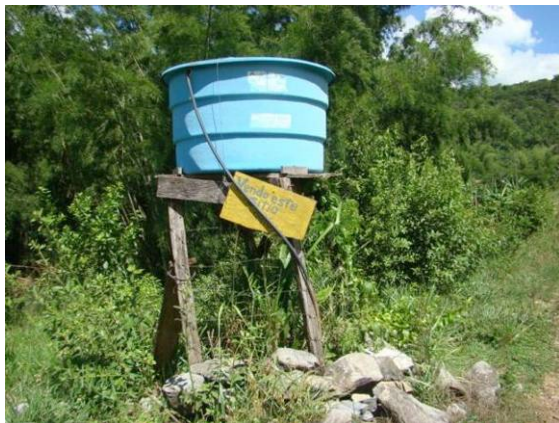
No entendimento das pessoas que lutam durante boa parte de sua vida por um pedaço de chão, onde possam cultivar a terra e dela tirar seu sustento, a reforma agrária não é vista como um movimento de redistribuição de terras e sim como uma forma de vencer as desigualdades construídas ao longo da história. Corroborando com esta ideia, Rivero (2010) argumenta que

La lucha por la tierra es, en la experiencia de los campesinos latinoamericanos, una tarea que excede la simple redistribución de la tierra, ya que ese tipo de reformas no pudieron dotar al campesino de verdaderas posibilidades de desarrollo que le permitan salir de sus condiciones estructurales de atraso, marginación, explotación y pobreza. (p. 10).

Baseado no autor e na história dos assentados no Canaã, verifica-se a mudança de padrões culturais ou simplesmente a busca por uma nova forma de produção ou um novo pedaço de terra.

Quadro 5: Destino do lote em busca de sobrevivência do assentado.

Lote a venda na Linha do Salobra



Casa abandonada na Linha do Palhadão



Lotes formados com pastagem para criação de gado



Estrutura para exploração turística



Fotos: RIBEIRO, A.F.N., 2010.

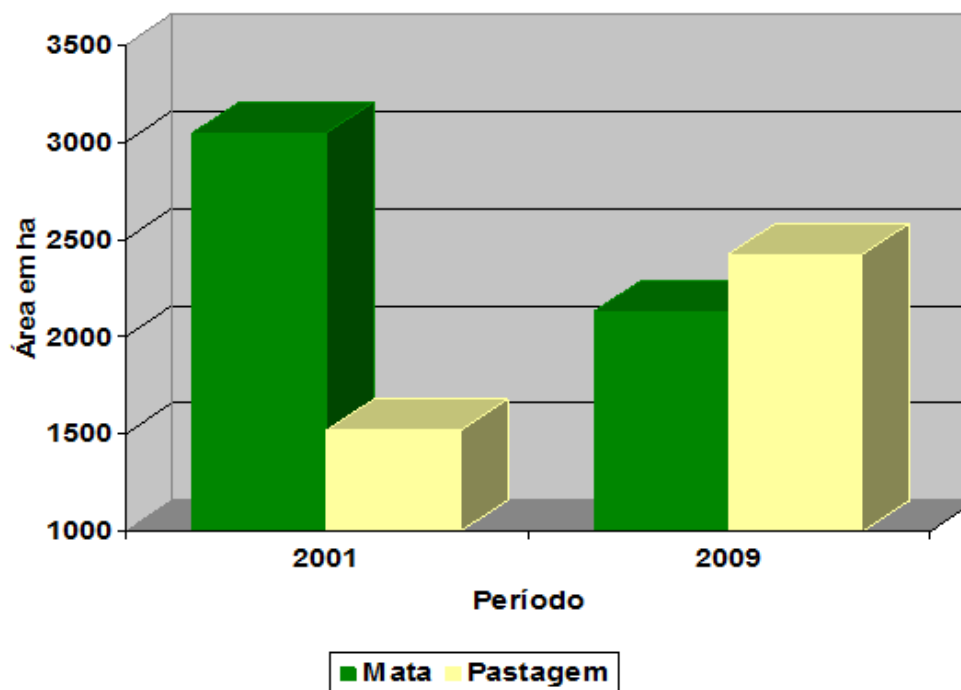
Conforme Pereira (2005, p. 85), "A bonivocultura de corte é a atividade econômica mais praticada no assentamento (mais de 90% dos assentados), ocupando em média uma área que varia entre 45% e 50% do lote".

Este fato é visível quando analisa-se o uso do solo no assentamento. Através da classificação de imagens de satélites, notamos o aumento da área de pastagem. Para análise da evolução do desmatamento e as formas de uso do solo no assentamento, optou-se pela utilização da classificação de imagens de satélite de 2001 e 2009.

Apresentam-se, a seguir, os mapas de uso do solo de 2001 e 2009 (Figuras 3 e 4), respectivamente. Com base nos mesmos, houve um aumento de 900 hectares na área de

pastagem em menos de 10 anos¹⁰. A concentração de pastagem é notada nas Linhas do Salobra e Linha do Córrego Seco, enquanto a Linha do Palhadão concentra a maior parte preservada nos dois períodos (2001 e 2009). No gráfico abaixo, podemos compreender a evolução da pastagem no Canaã.

Figura 2: Comparação do uso da terra do Assentamento Canaã no período de 2001 a 2009.



Fonte: Figuras 3 e 4 (Dados extraídos do mapeamento de uso da terra).

Apesar de não ilustrado nas figuras 3 e 4 existem pequenas plantações nos arredores das casas dos assentados, como mandioca e em poucos casos milho e feijão, mas devido a resolução das imagens utilizadas no mapeamento estes dados não apareceram.

¹⁰ Devemos considerar a diferença existente entre as imagens analisadas, pois a imagem de 2001 possui o pixel de 30 metros (Landsat TM) enquanto a imagem de 2009 através da fusão resultou o pixel de 2,7 metros (CBERS - CCD/HRC).

Figura 3: Uso da terra no Assentamento Canaã no ano de 2001.

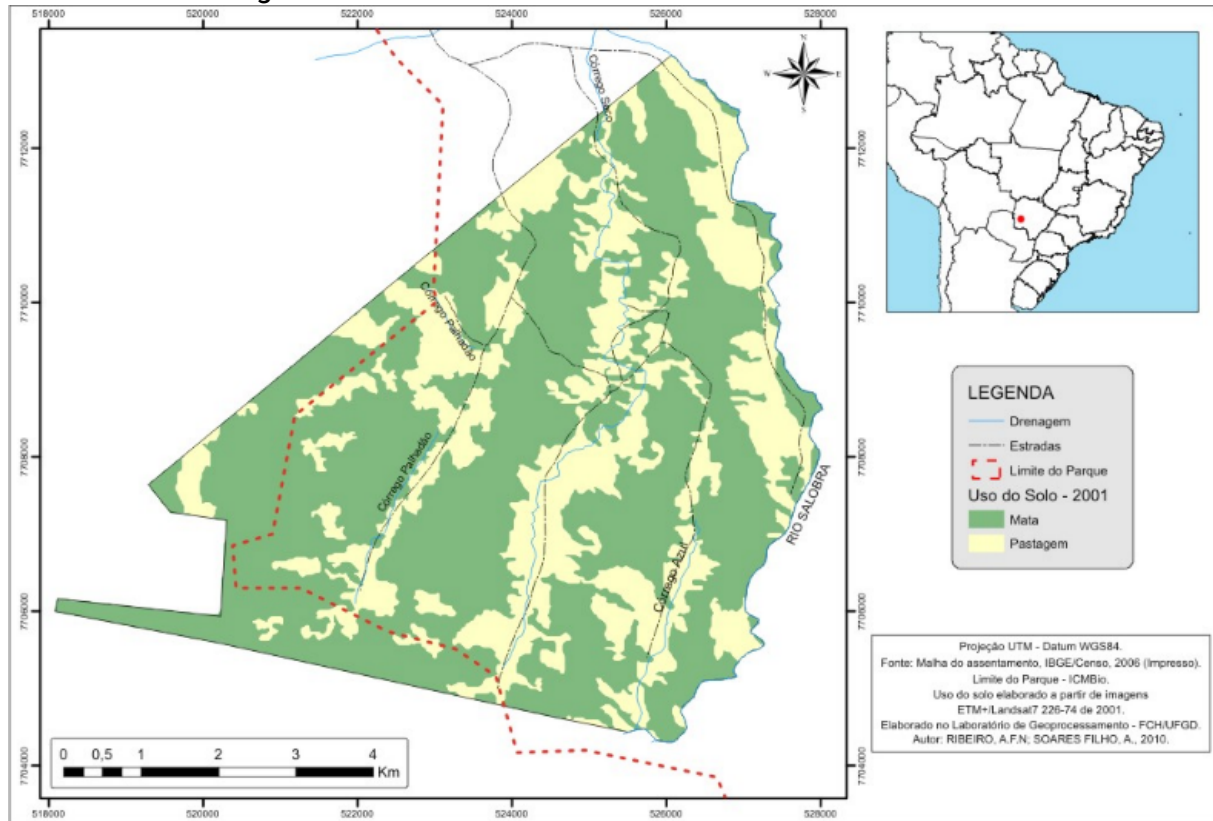
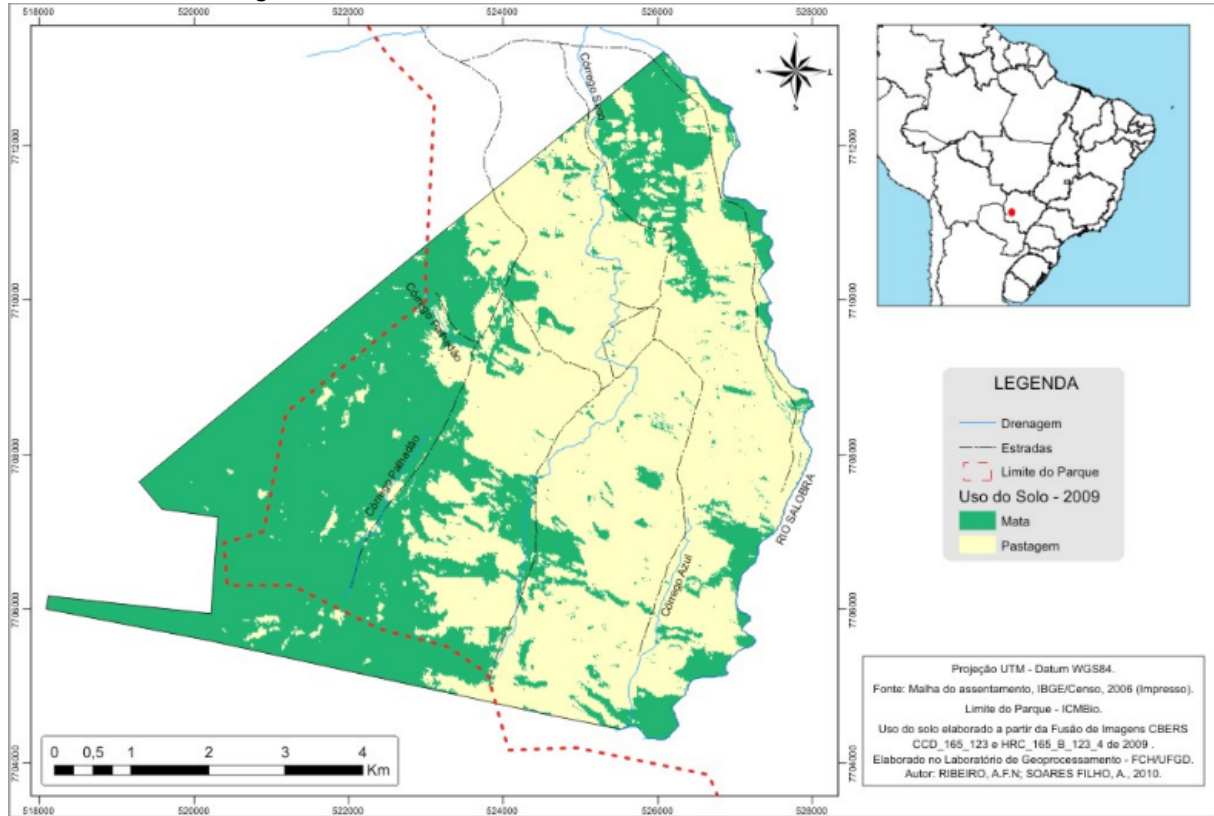


Figura 4: Uso da terra no Assentamento Canaã no ano de 2009.



O surgimento da criação de carneiros de forma incipiente em vários lotes é visível, pois a criação convive bem com o gado e fornece lã e carne (Quadro 7).

Quadro 7: Criação de animais no Canaã.

Criação de gado no Canaã



Criação de carneiro no Canaã



Fotos: RIBEIRO, A.F.N., 2010.

Além da pecuária e ovinocultura, surgem na Linha do Salobra¹¹ alguns proprietários de lotes motivados pela atividade turística. Alguns com muita estrutura e outros apenas com trilhas nos lotes. A maioria das pessoas, que trabalha com turismo nos lotes, não é assentada e, sim, compradores. Várias nem se quer residem nos lotes. Estes geralmente são os locais melhores estruturados, sendo cuidados por empregados.

Existe a prática da compra do lote para exploração econômica da terra, como no caso acima em que empresários ligados ao turismo buscam no Canaã alternativas para exploração de mão-de-obra e das próprias belezas naturais, uma vez que a região é cercada de morros e rios de água cristalina. Sobre a discussão de atividade turística, recorremos a Moretti (2002, p. 15): "(...) esta atividade está inserida no processo geral de produção capitalista, sendo uma das formas encontradas pelo capital para sua reprodução, portanto é uma atividade complexa que está inserida em um processo geral de acumulação".

Diante deste fato, analisa-se a exploração da atividade turística em alguns lotes do assentamento como forma de exploração da terra e do trabalho, caracterizando como terra de negócio, uma vez que alguns empreendimentos podem se instalar no assentamento. Isso ocorre pelo fato de o mesmo estar muito próximo do PNSB e qualquer infraestrutura montada para o Parque pode beneficiar empreendimento no entorno.

11 A Linha do Salobra é a linha mais valorizada do assentamento, pois o Rio Salobra é o limite leste do assentamento e conta com águas cristalinas e vários cânions e quedas d'água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a ocupação de Mato Grosso do Sul teve relação com a expansão da fronteira agrícola e abertura de novas áreas para agricultura. O cenário se delineou para criação de gado, tanto que atualmente é o estado com maior rebanho bovino do Brasil em números de cabeças de gado, com aproximadamente 20.379.721 cabeças¹². Da mesma forma a produção de soja, milho e cana-de-açúcar tem colocado o estado em destaque no cenário nacional e internacional. Levando em consideração todas estas atividades citadas anteriormente, os problemas ambientais e sociais no campo tendem a se agravar, principalmente, com relação à pecuária como a atividade econômica desenvolvida em Mato Grosso do Sul, que requer grandes áreas para criação de animais.

A abertura de novas áreas para agricultura e pecuária tem devastado vários quilômetros quadrados de cerrado e comprometido vários rios e nascentes com a poluição por agrotóxicos e o assoreamento de rios com a formação de bebedouros para gado. Aliada aos problemas ambientais, temos a expropriação de várias famílias do campo por conta desse processo de abertura de novas áreas para agropecuária. Este problema tem causado o acúmulo de pessoas nas periferias das cidades e, sobretudo, aquelas que não conseguem sobrevivência na cidade voltam às margens de rodovias nos acampamentos de sem terra em busca de um pedaço de terra.

O histórico de formação do Assentamento Canaã e do PNSB se confunde com esse processo. De um lado, o Canaã é criado para resolver um problema agrário de diversas pessoas que não tem um pedaço de terra para plantar. De outro, ocupa-se uma área preservada de 4.360 hectares que aproximadamente três décadas mais tarde até mesmo os assentados entendem que a área do Canaã deveria ser terra de preservação.

Por sua vez, os assentados não participam do processo de decisão sobre como constituir o território da conservação, como produzir, ou mesmo como sobreviver no Canaã sem provocar alterações na dinâmica dos elementos naturais. Algumas medidas foram tomadas em outros assentamentos do entorno do Parque, como no Santa Lúcia, por intermédio de uma organização não-governamental, a ONG Neotrópica do Brasil com a criação dos Projetos Pé de Serra e Frutificando, que visam a produção de frutas em pomares e a sua transformação em doces pelas mulheres assentadas. Este projeto teve sucesso no Santa Lúcia, pois é possível encontrar na cidade de Bonito produtos com a marca Pé da

12 IBGE, Censo Agropecuário. 2006.

Serra¹³.

Diante do exposto, dois pontos são marcantes no decorrer do trabalho: de um lado, o Assentamento Canaã do início da década de 1980, implantado em uma “reserva florestal”, pois na época a área era coberta por mata; de outro lado, o PNSB criado no início dos anos 2000 carregado de contradição e disputas¹⁴. No caso do Canaã, um projeto do Governo Estadual que visava na época a distribuição de terras a famílias sem-terra. Havia vários outros projetos, citados inclusive no decorrer do trabalho e de vários outros artigos publicados em diversos meios. Os órgãos de colonização tanto estaduais como o próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA não tem tomado os devidos cuidados na instalação de assentamentos.

A criação de assentamentos sem o licenciamento ambiental, ou simplesmente os estudos da viabilidade da produção e sobrevivência dos indivíduos instalados nestes projetos seria o mínimo para a mudança na forma como se faz a reforma agrária no Brasil. Obviamente, o Canaã não foi o primeiro assentamento sem planejamento e estudos, o que certamente indicaria a inviabilidade da instalação de colonos naquela área. O mais revoltante é saber que este projeto não será o último a apresentar este tipo de problema. O desenvolvimento de técnicas de estudo e análise de várias formas de problemas ambientais em áreas cada vez mais remotas pode sem dúvida auxiliar nesse tipo de planejamento, ou talvez minimizar os problemas descritos anteriormente.

Implantado em setembro de 2000, o PNSB tem em seu histórico de consolidação um profundo clima de conflito entre ONGs, políticos, fazendeiros e assentados. A criação do Parque coloca novamente a discussão do modelo de conservação pautada em Parques¹⁵, pois a delimitação da UC sobrepôs 34 lotes do assentamento Canaã em seus domínios, agravando ainda mais a situação destes colonos.

A demora na resolução dos conflitos fundiários e a superposição da área do Parque no assentamento rural provocam desde indignação e revolta nos assentados até um sentimento de impotência para os ambientalistas com a não implantação plena do Parque Nacional.

Desta forma, a implantação do território da conservação feita sem participação efetiva da comunidade dos pequenos produtores rurais diretamente afetados em sua vida

13 Entrevista realizada com representante da ONG Neotrópica, Eleri Rafael Muniz Paulino, em fevereiro de 2010.

14 Para mais aprofundamento no processo de criação do PNSB ver: Batarce, (2004).

15 Unidades de Conservação de Proteção Integral. (SNUC, 2000).

cotidiana e em sua territorialidade, promove o afastamento de parcelas importantes da sociedade do processo de luta pela melhoria das condições ambientais.

A fragmentação entre sociedade e natureza é concretizada na separação entre a ideia de sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social. A defesa do ambiente se contrapõe à defesa pela erradicação da miséria, pelo direito dos trabalhadores rurais à terra. Este processo de fragmentação promove conflitos que tem como central o território e a produção do território está em disputa.

Esta disputa territorial se apresenta como item fundamental no mundo moderno, com a valorização ambiental e com a aplicação de estratégias conservacionistas que excluem as pessoas do processo de constituição das práticas conservacionistas.

O desafio colocado para a sociedade é a superação da dicotomia sociedade-natureza e a definição de estratégias para a produção de territórios socioambientalmente sustentáveis. A centralidade estaria na produção e valorização da vida.

REFERÊNCIAS

- BATARCE, A. P. A. **Unidades de Conservação e Produção do Espaço. O Parque Nacional da Serra da Bodoquena.** Dourados-MS: UFMS, CPDO, 2004. (Dissertação de Mestrado).
- BRASIL. **Lei nº 9.985** de 18 de julho de 2000. Diário Oficial. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. 2000.
- CARDOSO, E.L. et al. **Solos do Assentamento Tamarineiro I - Corumbá, MS: caracterização, limitações e aptidão agrícola.** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2002.
- CORREA, M.S. **De sem-terra a com-pedra.** Disponível em <http://www.oeco.com.br/marcos-sa-correa?start=175> – Acesso em 15/06/10.
- FABRINI, J.E. A posse e concentração de terra no Sul do Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R.A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: Uma visão multidisciplinar.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.
- FERNANDES, B.M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999).** Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. (Tese de Doutorado).
- FERNANDES, B.M. **Los dos campos de la cuestión agraria: campesinado y agronegocio.** Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/campesinato_e_agronegocio.pdf - Acesso em 20/05/2010.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: www.ibge.gov.br – Acesso em 20/05/2010.
- IDATERRA-MS. Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul. **Projeto de Assentamento Gleba Canaã: Reconhecimento do Assentamento junto ao INCRA.** Campo Grande: Processo 21/013.287/2001, 2001.
- MARTINS, J.S. **Expropriação e violência: a**

- questão política no campo.** 2.ed. São Paulo, SP: Ed. Hucitec, 1982. (Ciências Sociais)
- Mato Grosso do Sul. **Decreto Nº 10.078**, de 2 de outubro de 2000.
- MENEGAT, A.S. **No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral-MS.** Dourados, MS: UEMS/UFGD, 2009.
- MOREIRA, R. Prefácio. In: SANTOS, D. **A reinvenção do Espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria.** São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
- MORETTI, S. A. L. Atividade Turística e Transformações territoriais no município de Jardim – MS. Dissertação de Mestrado. Dourados: UFMS, 2002.
- OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo.** 6ª ed.- São Paulo: Contexto, 1994. (Repensando a Geografia)
- OLMOS, F. et al. **ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA, MEIO AMBIENTE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.** Disponível em http://arruda.rits.org.br/oeco/reading/oeco/reading/pdf/msc_olmos_mst.pdf - Acesso em 28/05/2010.
- PEREIRA, M.A. **IMPLICAÇÕES DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA OS ASSENTAMENTOS: O CASO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA SERRA DA BODOQUENA E DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CANAÃ.** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande – MS, 2005. (Dissertação de Mestrado)
- RIVERO, C. V. **LA LUCHA POR LA TIERRA ES LA LUCHA POR EL TERRITORIO.** Disponível em: <http://www.acciontierra.org/spip/spip.php?article483> – Acesso em 28/05/2010.

O ASSENTAMENTO QUE VIROU PARQUE: CONTRADIÇÕES NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BODOQUENA E ENTORNO

EIXO 4 – Problemas socioambientais no espaço urbano e regional

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a implantação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e as consequências sócioambientais para o Assentamento Rural Canaã, na perspectiva de análise da transformação do público em privado, considerando a forma de implantação da Unidade que sobrepôs todas as condições dos moradores do assentamento e agravou ainda mais a situação de precariedade que já viviam. O Parque foi criado no ano de 2000 carregado de disputas entre ruralistas e ambientalistas e conta com uma área de 77.021,58 ha. O Assentamento Rural Canaã foi criado na década de 1980 com uma área de 4.360 hectares, divididos em 248 lotes de 20 a 30 hectares cada e os assentados receberam o título definitivo em 2002. Localiza-se no entorno do Parque, de forma que 34 lotes estão dentro da Unidade de Conservação, gerando diferentes práticas na área. Isto promove o conflito entre assentados e a conservação ambiental. Além do Canaã existem mais 3 assentamentos no entorno do Parque que devem se adequar aos padrões de produção fixados em lei para uma área vizinha a Unidade de Conservação. Os dois projetos (assentamento e parque) são políticas do Estado, sendo o Assentamento Canaã um projeto consolidado antes da criação do Parque Nacional. Durante a pesquisa, constatou-se dois pontos marcantes: de um lado o Assentamento Canaã do início da década de 1980, implantado em uma “reserva florestal”, já que na época a área era coberta por mata; de outro lado, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, criado no início dos anos 2000 carregado de contradição e disputas. De todos os assentamentos da área de entorno apenas o Santa Lúcia que fica mais próximo a cidade de Bonito que apresenta condições para produção, os demais Guaicurus, Canaã e Campina são utilizados apenas para pastagens, pois a topografia e os afloramentos rochosos não permitem outro tipo de produção, ou seja, o caso dos assentados já era complicado e a implantação da Unidade de Conservação que poderia surgir como alternativa de geração de renda acaba por privar muitos do próprio sustento. Deixando claro que a proposta deste trabalho não é questionar a criação de áreas de preservação e sim chamar a atenção para a forma como as pessoas inseridas nestas áreas são descartadas do processo de criação e o mais grave ainda, expropriadas de suas terras quando esta área é englobada na unidade.

Palavras-chave: Unidade de Conservação; reforma agrária; preservação; conflito.